



BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

CNPJ 10.397.031/0001-81 | NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar
Porto Alegre/RS

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Parceiros e Colaboradores:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Bem Promotora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Foco de Atuação – A Companhia atua na prestação de serviços de gestão e origem de créditos de terceiros, com foco na recepção, análise, processamento e encaminhamento de propostas de crédito, coleta de informações cadastrais e de documentos, retenção de clientes e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 4.935 emitida pelo Banco Central do Brasil em 29 de julho de 2021. No exercício de 2025, a Companhia manteve o foco na intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, por meio de sua rede de lojas físicas e do subestabelecimento de correspondentes em todo o território nacional. Adicionalmente, a Companhia manteve a prestação de serviços na área de tecnologia e sua atuação no mercado de corretagem de seguros por meio da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.

Estrutura Operacional - Com sede em Porto Alegre/RS, a Companhia possui 10 lojas físicas e 263 colaboradores atuando em áreas comerciais, operacionais, administrativas e de tecnologia, além de contar com uma rede de 325 correspondentes subestabelecidos em todo o País. Em 2025, a estrutura de lojas foi reduzida de 29 para 10 unidades como parte de uma reavaliação estratégica, mantendo o foco no atendimento regionalizado e de excelência aos clientes. Neste mesmo período, a Administração manteve os investimentos direcionados para a infraestrutura e o desenvolvimento de novas tecnologias, e considera que

a estrutura operacional instalada permite a continuidade e o crescimento dos negócios da Companhia a curto e médio prazo.

Desempenho dos Negócios - Em parceria com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul ("BemSul"), a Companhia manteve as operações de crédito consignado em 6 convênios, bem como as operações de antecipação do saque aniversário do FGTS, todas contratadas através da BemSul, solução para contratação digital com assinatura eletrônica e a orquestração de serviços antifraude desenvolvida pela Bem Promotora, e que desde 2023 faz parte do rol de serviços oferecidos pela Companhia. Através da subsidiária Bem Corretora de Seguros, a Companhia manteve/mantém ainda a disponibilização de produtos na linha de seguros de vida e acidentes pessoais, oferecendo mais alternativas aos seus clientes. As operações de crédito consignado (1 milhão em 2024), totalizando R\$ 12,10 bilhões em intenções de contratação (R\$ 17,93 bilhões em 2024). Desse volume, 296 mil contratos foram efetivados (433 mil em 2024), correspondendo ao financiamento de R\$ 3,81 bilhões em operações de crédito consignado (R\$ 6,24 bilhões em 2024). Do total de operações efetivadas pela Companhia aproximadamente 80% correspondem a operações de crédito consignado em convênio com o INSS. Em 2025, o convênio implementou diversas regras com o intuito de mitigar riscos envolvendo fraude nos descontos realizados na folha de pagamento de aposentados e pensionistas. Estas regras, impactaram todo o mercado de crédito efetivadas pela Companhia em comparação ao realizado em 2024. Além das novas regras operacionais impostas pelo INSS, o nível da taxa SELIC no decorrer do exercício desincentivou a originadora

de operações de crédito com taxas inferiores a taxa teto do convênio, impactando diretamente no volume de financiamento de operações.

Desempenho Operacional – Em 2025, a receita operacional líquida da prestação de serviços atingiu o montante de R\$ 137,2 milhões (R\$ 147,9 milhões em 2024). A redução da quantidade de lojas físicas impactou na redução das receitas de comissão de intermediação em 29,3%. Contudo, a redução da receita operacional líquida está relacionada, principalmente, com a receita de gestão da produção que reduziu 7,2% em comparativo com o ano anterior, decorrente da redução do saldo contábil da carteira de crédito consignado sob gestão da Companhia, o que forma a base de cálculo desta receita. Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 83,7 milhões em 2025, 12,4% maior, em comparação com R\$ 90,4 milhões em 2024. O lucro líquido acumulado no exercício foi de R\$ 53,5 milhões (R\$ 57,5 milhões em 2024). Em conjunto, o custo dos serviços prestados e as despesas gerais e administrativas reduziram 9,25% em comparativo com o ano anterior, reflexo das reestruturações realizadas pela Administração no decorrer do exercício. Contudo, o efeito desta redução de despesas foi praticamente anulado pelo aumento nos prejuízos com valores a receber de correspondentes. O saldo de caixa somado às aplicações financeiras somam em 31 de dezembro o montante de R\$ 42,3 milhões, o que representa um crescimento de 12,9% em relação aos dados de 31 de dezembro do ano anterior. Este montante proporciona o equilíbrio dos índices de liquidez e solvência da Companhia, bem como a capacidade de pagamento do mínimo estabelecida pela Administração. O lucro líquido acumulado no exercício foi de R\$ 17,5 milhões (R\$ 21,2 milhões em 2024), refletido numa margem operacional líquida de 12,6% (14,2% em 2024).

Governança Corporativa - A Companhia possui uma área específica para tratar dos processos de Governança Corporativa, aprimorando assim os processos decisórios da Administração. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral, é de funcionamento permanente e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em Lei.

Relacionamento com os Auditores Independentes - A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes. A Deloitte é a empresa contratada para os serviços de auditoria externa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014, por meio de processo de licitação, o qual os seus sócios não foram contratados não realizando, portanto, quaisquer outros serviços que eventualmente podem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação ao seu trabalho.

Agradecimento - Para finalizar, agradecemos a confiança de nossos Acionistas, Parceiros e Colaboradores, reiterando o nosso compromisso permanente de promover uma administração voltada para um crescimento empresarial sólido e sustentável.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.
A Administração.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)										Demonstrações do resultado e do resultado abrangente									
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado			
Ativo	Nota	2025	2024	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024	2025	2024	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		2025	2024	2025	2024		
Circulante						Circulante						Receita operacional líquida	13	137.214	147.892	138.516	148.865		
Caixa e equivalentes de caixa		1.198	1.960	1.412	2.139	Obrigações trabalhistas		4.763	4.250	4.763	4.257	Custo dos serviços prestados	14	(39.353)	(43.558)	(39.393)	(43.569)		
Aplicações financeiras	4	41.077	35.488	42.857	36.857	Obrigações fiscais e previdenciárias	9	3.857	4.394	3.890	4.429	Lucro bruto		97.861	104.337	99.123	105.296		
Contas a receber		7	15	31	68	Obrigações com fornecedores	16.2	2.332	2.771	2.341	2.774	(Despesas) Receitas operacionais							
Impostos a compensar	5	8.397	4.692	8.456	4.730	Obrigações com partes relacionadas	15.1	17	42	17	42	Despesas gerais e administrativas	14	(51.158)	(56.184)	(51.497)	(56.626)		
Valores a receber correspondentes	6 a	2.568	944	2.568	944	Provisão para indenizações contratuais	15.2	13.745	13.663	13.745	13.663	Impairment de ativos financeiros	14	(6.718)	(6.083)	(6.718)	(6.083)		
Valores a receber de partes relacionadas	15.1	303	539	70	401	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11	1.167	1.630	1.167	1.630	Impairment de ativo imobilizado	14	(768)	-	(768)	-		
Outros créditos		143	335	143	335	Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	1.305	1.852	1.305	1.852	Resultado de participação em controladas	7	940	525	-	-		
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	2.693	1.852	2.693	1.852	Passivo e encargos de arrendamento	16.2	721	1.172	721	1.172	Outras receitas (despesas) operacionais	14	(25.699)	(18.264)	(25.699)	(18.252)		
Depósitos em garantia		18	37	18	37	Dividendos a pagar	12.2	6.538	-	6.538	-	Lucro antes do resultado financeiro		14.458	24.331	14.441	24.335		
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	11	1.708	1.313	1.708	1.313	Total do passivo circulante		34.445	29.774	34.487	29.819	Receitas financeiras		7.224	5.790	7.443	5.921		
Despesas antecipadas		2.525	3.156	2.525	3.159	Não circulante						Despesas financeiras		(189)	(249)	(189)	(250)		
Total do ativo circulante		60.637	50.331	62.481	51.835	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11	5.669	3.985	5.669	3.985	Resultado financeiro		7.035	5.541	7.254	5.671		
Não circulante						Dividendos a pagar	12.2	5.000	-	5.000	-	Resultado operacional antes dos impostos		21.493	29.872	21.695	30.006		
Ativo fiscal diferido	10.1	23.208	19.967	23.208	19.967	Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	2.241	3.465	2.241	3.465	Provisão para imposto de renda e contribuição social	10.3	(4.021)	(8.676)	(4.223)	(8.810)		
Depósitos em garantia		-	37	-	37	Passivo e encargos de arrendamento	16.2	124	880	124	880	Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.262)	(10.685)	(7.464)	(10.819)		
Depósitos judiciais trabalhistas	11 a	1.037	1.496	1.037	1.496	Total do passivo não circulante		13.034	8.330	13.034	8.330	Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.241	2.009	3.241	2.005		
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	2.529	5.074	2.529	5.074	Total do passivo		47.479	38.104	47.521	38.149	Lucro líquido do exercício		17.472	21.196	17.472	21.196		
Despesas antecipadas		26	31	26	31	Patrimônio líquido	12					Quantidade de ações (em lote de mil)		2.246	2.246	2.246	2.246		
Investimentos	7	1.808	1.465	-	-	Capital social		26.097	26.097	26.097	26.097	Lucro líquido por ação (em R\$)		7.78	9.44	7.78	9.44		
Imobilizado	8	3.358	6.132	3.358	6.132	Reserva legal		5.219	5.219	5.219	5.219	Resultado abrangente total atribuível aos acionistas controladores		17.472	21.196	17.472	21.196		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Lucros à disposição da Assembleia Geral	9.781	9.196	9.781	9.196
Total do patrimônio líquido	56.149	61.325	56.149	61.325
Total do passivo e do patrimônio líquido	103.628	99.429	103.670	99.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)							Atividades operacionais			
	Reservas de Lucros					Total do Patrimônio Líquido - Controladora e Consolidado				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Reserva para Contingências	Disposição da Assembleia Geral		Lucros Acumulados			
Saldos em 01 de janeiro de 2024	26.097	5.219	10.156	4.852	20.205	66.529				
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(14.400)	-	(14.400)			
Constituição de reserva para investimentos	-	-	4.572	-	(4.572)	-	-			
Constituição de reserva para contingências	-	-	-	1.233	(1.233)	-	-			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.196	21.196			
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-			
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	(12.000)	(12.000)			
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	-	9.196	(9.196)	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.097	5.219	14.728	6.085	9.196	61.325				
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	-	(4.957)	-	(4.957)			
Transferência de valores entre reservas (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	1.046	(1.046)	-	-	-			
Constituição de reserva para investimentos (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	4.239	-	(4.239)	-	-			
Dividendos provisionados à conta das reservas de lucros para investimentos (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.472	17.472			
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-			
Dividendos intermediários pagos (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	-	-	(6.153)	(6.153)			
Dividendos provisionados (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	-	-	(1.538)	(1.538)			
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	-	9.781	(9.781)	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	26.097	5.219	10.013	5.039	9.781	56.149				

Resultado operacional antes dos impostos	21.493	29.872	21.695	30.006
Ajustes ao resultado operacional antes dos impostos	25.472	20.880	26.412	21.406
Depreciação e amortização	8.858	9.661	8.858	9.661
Resultado da participação em sociedade controlada	(940)	(525)	-	-
Provisão Impairment de ativos financeiros	6.718	6.083	6.718	6.083
Provisão/(Reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.221	(1.047)	1.221	(1.047)
Provisão para indenizações contratuais	7.962	6.715	7.962	6.715
Impairment de ativo imobilizado	768	-	768	-
Perdas na alienação e baixa de ativos imobilizados e intangíveis	910	30	910	30
Ganho de capital em imobilizado e intangível	(8)	(5)	(8)	(5)
Outras receitas operacionais	(17)	(32)	(17)	(31)
Variações nos ativos e passivos	(32.088)	(16.350)	(32.696)	(16.722)
(Aumento)/Redução em aplicações financeiras	(5.634)	11.029	(6.045)	10.810
Redução/(Aumento) em contas a receber	8	(10)	27	(47)
Aumento em impostos a compensar	(3.653)	(4.319)	(3.674)	(4.330)
Redução em depósitos em garantia	120	1.620	120	1.620
Aumento em valores a receber correspondentes e outros créditos	(6.446)	(4.757)	(6.446)	(4.757)
Redução em despesas antecipadas	636	81	639	94
Redução em obrigações com fornecedores	(439)	(1.499)	(433)	(1.499)
(Redução)/Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	(537)	119	(591)	82
Redução em obrigações trabalhistas	(1.258)	(4.033)	(1.265)	(4.048)
Aumento/(Redução) em obrigações partes relacionadas	309	(366)	306	(348)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia") atua na prestação de serviços de gestão e originadora de créditos de terceiros, com foco na recepção, análise, processamento e encaminhamento de propostas de crédito, coleta de informações cadastrais e de documentos, retenção de clientes e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 4.935 emitida pelo Banco Central do Brasil em 29 de julho de 2021. A Companhia é controlada pelos acionistas AMICM Participações Ltda. e RSR Participações Societárias Ltda. Em 2025, a Companhia manteve o foco na intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados ao seu acionista controlador, a RSR Grande Capital, e também manteve o foco na sua atuação estratégica no desenvolvimento do subestabelecimento de crédito oneroso em transações internacionais. Adicionalmente, a Companhia manteve a prestação de serviços na área de tecnologia e sua atuação no mercado de corretagem de seguros por meio da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as Normas Contábeis de 2015 e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 27 de fevereiro de 2026. As práticas contábeis adotadas pela Companhia no ano de 2025 estão consistentes com as práticas contábeis adotadas no ano de 2024.

2.2 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: a) Normas novas e interpretações em vigor no exercício corrente: A partir de 1º de janeiro de 2025, a norma abaixo passou a vigorar. Contudo, a Companhia não identificou impactos relevantes decorrentes das alterações introduzidas por essa norma na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 02/ IAS 21	Falta de Conversibilidade
------------------------------	---------------------------

b) **Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2026. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 26 (R1)/IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Com exceção as alterações realizadas e ainda não vigentes no CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras em períodos futuros. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados ao milhar mais próximo, salvo indicação contrária. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diferentes critérios de avaliação aplicados às estimativas contábeis. Essas estimativas consideram tanto fatores objetivos quanto subjetivos fundamentando-se no julgamento da Administração para determinar os valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Entre os principais elementos sujeitos a tais estimativas e premissas estão: a definição das vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis e sua recuperabilidade nas operações; a realização de créditos tributários; e a avaliação de riscos para a constituição de provisões para perdas de crédito esperadas e passivos contingentes. A liquidação de transações relacionadas a essas estimativas pode gerar valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras, em virtude da natureza probabilística inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, uma vez ao ano. **2.6 Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 1 – Provisão para perdas de crédito e passivos contingentes; • Notas Explicativas nºs 2 a 10 – Ativos e passivos; • Lei nº 11.906/05 (Lei do Bem); • Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; • Nota Explicativa nº 6 – Provisão para perda no recebimento de créditos; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas; • Nota Explicativa nº 8 – Imobilizado e Intangível; vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis; • Nota Explicativa nº 10 – Ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social; disponibilidade de lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas; • Nota Explicativa nº 11 – Provisões para contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota Explicativa nº 15.2 – Provisão para indenizações contratuais; principais premissas

sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas. **2.7 Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre ela. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. De acordo com o que orienta o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de forma consolidada com as demonstrações financeiras da sua subsidiária integral, a Bem Corretora de Seguros S.A. ("Controlada"). Na consolidação das demonstrações financeiras, as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, bem como as transações e saldos entre as transações *intercompany*, são eliminados. O saldo de investimentos em controladas existente no balanço da Companhia é eliminado juntamente com o saldo do patrimônio líquido da Controlada, considerando que a Companhia possui 100% de participação no capital social da Controlada.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras imediatamente convertíveis, com prazo de vencimento inferior a 90 (noventa) dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo. **3.2 Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificadas na categoria ao valor justo pelo meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: saldos em conta corrente, saldos de aplicações financeiras e valores a receber de correspondentes (Nota Explicativa nº 6 a). Esses ativos foram classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os principais passivos financeiros correspondem às obrigações com fornecedores, passivos e empréstimos de arrendamento e provisões para indenizações contratuais.

Ativos financeiros, passivos financeiros e ativos financeiros e passivos financeiros para finalidade líquida são avaliados pelo método de custo amortizado, com base no valor justo por meio do balanço de acordo com a sua classificação nas seguintes categorias: a valor justo por meio do resultado, e ativos e passivos mensurados ao custo amortizado. **Classificação** - A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros nas categorias: (a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e (b) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais. **Custo amortizado** - São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples cujo objetivo é de reconhecer apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente, com base na taxa de juros efetiva. **Valor justo por meio do resultado** - Todos os ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, como receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros** - O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, considerando também se houveram aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. A Companhia mensura a provisão para perdas em instrumentos financeiros ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **3.3 Provisão para perdas de crédito esperadas:** As provisões para perdas de crédito esperadas são constituídas com base na análise periódica dos ativos financeiros, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização desses ativos (Nota Explicativa nº 16.1). **3.4 Despesas antecipadas:** São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados de despesas, sujeitos direitos de benefícios ou prestações de serviços, ocorrendo no futuro, e estas despesas são registradas sob o título de despesas do ativo intangível da companhia. Este grupo está composto principalmente por despesas do ativo intangível de benefícios de pessoal e licenças de uso de software. **3.5 Investimentos:** A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pela entidade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia. **3.6 Imobilizado e intangível:** Os móveis, utensílios e equipamentos são apresentados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada ativo, de forma que o custo, após deduzido o valor residual, seja totalmente amortizado ao final de sua vida útil. Os *softwares* de propriedade da Companhia são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, também deduzidos da amortização acumulada e de possíveis perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização segue o método linear, com base

na vida útil estimada destinada ativo, garantindo a baixa integral do custo residual ao final de sua vida útil. As vidas úteis estimadas, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados anualmente por ocasião da elaboração do balanço patrimonial. Quaisquer alterações nas estimativas são contabilizadas prospectivamente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8. Os ativos imobilizados e intangíveis passam a ser depreciados ou amortizados, respectivamente, a partir do momento em que são colocados em uso. Esses ativos são baixados quando alienados ou quando deixam de gerar benefício econômico futuro. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes da venda ou baixa de ativos imobilizados ou intangíveis são reconhecidos no resultado do período e correspondem à diferença entre o valor recebido na transação e o valor contábil do ativo. **3. Bens de direito de uso – CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** Os ativos registrados como bens de direito de uso estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e estão compostos basicamente pelo valor presente dos contratos de aluguel que a Companhia mantém com terceiros, nos quais estão situados os escritórios administrativos e lojas.

que integram a rede comercial. Estes valores afetam o resultado a medida que são depreciados normalmente pelo prazo contratual. O período depreciável é o prazo de vigência de cada contrato, salvo nos casos de contrato com prazo indeterminado, onde foi definido pela Administração o período de 60 (sessenta) meses, tendo como base o histórico de permanência nos imóveis. **3.1. Demais ativos circulares e não circulares:** Os demais ativos circulares e não circulares estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data dos balanços, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado. **3.2. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 10). **Tributos correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. Os impostos demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com o prazo de sua realização, são a liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para a empresa cuja apuração tem como base o Lucro Real. **Tributos diferidos -** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias aditáveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, se houver, serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. **Imposto de renda e contribuição social - Controlada -** O imposto de renda e a contribuição social da Controlada são apurados através do Lucro Presumido, sistematicamente regulamentada pelos arts. 587 a 594 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Os impostos com base no Lucro Presumido foram determinados por períodos de apuração trimestrais, calculados sobre a base de 32% da receita bruta, acrescida de outras receitas operacionais. **3.10 Contribuições ao PIS e ao COFINS:** A Companhia apura as contribuições para o PIS e o COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando-se a receita bruta e os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados à prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para o COFINS. As contribuições ao PIS e ao COFINS da Controlada são calculadas pelo regime cumulativo às alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%. **3.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais:** Em conformidade com a política de provisões, a Companhia reconhece provisões para contingências quando há uma perda ou prejuízo certo e mensurável. continua >>>

ua >>>